

REVISTA CEDEP M

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS E PLANEJAMENTO ESPACIAL MARINHO

ISSN: 2763-8111

Volume 2 – Número 2

Dossiê Especial: Sociedade, Poder e Globalização



Parque Natural Municipal do Morro do Macaco, Bombinhas, Santa Catarina.



2022

Editores

Carolina Dantas Nogueira (PUC-MG)
Delmo de Oliveira Torres Arguelhes (NEA/UFF)
Etiene Villela Marroni (UFPeI)
Fátima Verônica Pereira Vila Nova (IFPE)

Editores Assistentes

Ayolsé Andrade Pires dos Santos (UFPeI)
Gustavo Gordo de Freitas (UFPeI)
Magayo de Macêdo Alves (UFPeI)

Secretário Executivo: Diego Rabelo Nonato (UFPeI)

Bolsistas de Iniciação Científica

Caio Menezes dos Santos (UFPeI)
Tháís Cristina Custódio Moreira Ferreira (UFPeI)
Yasser Jaber Suliman Audeh (UFPeI)

Logomarca CEDEPEM: Ricardo Salvador De Toma García

Fotografia Capa: Wagner Villela Marroni

Conselho Editorial

Alexandre Pereira da Silva (Universidade de Wuhan, China)
Ariane Ferreira Porto Rosa (UFPeI)
Carolina Dantas Nogueira (PUC-MG)
Delmo de Oliveira Torres Arguelhes (NEA/UFF)
Etiene Villela Marroni (UFPeI)
Eurico de Lima Figueiredo (NEA/UFF)
Fátima Verônica Pereira Vila Nova (IFPE)
Maria Fernanda Abrantes Torres (UFPE)
Oswaldo Giovannini Júnior (UFPB)
Rogério Royer (UFPeI)

Revista CEDEPEM

Centro de Estudos Estratégicos e Planejamento Espacial Marinho
Grupo de Pesquisa CNPq/CEDEPEM
<https://wp.ufpel.edu.br/cedepem/publicacoes/revista-cedepem/>
Contato: cedepem@ufpel.edu.br
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
Universidade Federal de Pelotas
Rua Coronel Alberto Rosa, 154 3º andar, sala 302
96010-770 – Pelotas, RS

Os artigos publicados nesta Revista são de autoria e responsabilidade dos(as) autores(as) indicados(as) e não representam nem constituem o posicionamento do CEDEPEM e/ou organizações vinculadas.

SOBRE A REVISTA

A Revista CEDEPEM, anteriormente denominada Caderno CEDEPEM, é uma publicação semestral, na qual integrantes do Centro (alunos de graduação, pós-graduação e professores), bem como colaboradores externos, terão espaço para divulgar pequenos artigos e ensaios de temáticas relacionadas aos Estudos Estratégicos e ao Planejamento Espacial Marinho.

O objetivo principal desta publicação é ampliar o público alvo nos debates sobre política e meio ambiente, tornando acessível a leitura e o processo de submissão. Mesmo com o rigor acadêmico, prezamos pela popularização da revista, propondo engajar um público diferenciado, fornecendo informações relevantes e fiéis ao debate.

A dimensão política, determinante nos Estudos Estratégicos e do PEM, envolve diversos atores e demonstra a necessidade de se pensar o coletivo. Não há PEM sem estrategistas, internacionalistas, cientistas políticos, filósofos, historiadores, geógrafos, biólogos, oceanólogos, sociólogos, juristas, antropólogos, enfim, sem todas as ciências que estudam a interação do ser humano no seu espaço.

Os textos que, porventura, não se encaixem em nenhuma das áreas temáticas, deverão ser aprovados pelo Conselho Editorial.

SUMÁRIO

MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM UM MUNDO DE LOCKDOWNS: O CASO ANTÁRTICO EM 2021	5
<i>Climate Change in a World of Lockdowns: the 2021 Antarctic Case</i>	
<i>Magayo de Macêdo Alves</i>	
O NEOCOLONIALISMO E CAPITALISMO: UMA ANÁLISE SOCIOPOLÍTICA AO SEU IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO, ECONOMIA E AMBIENTE NO “TERCEIRO MUNDO”	11
<i>Neocolonialism and Capitalism: a Sociopolitical Analysis of its Impact on Third World's Development, Economy and Environment</i>	
<i>Calido Mango</i>	
A ORIGEM DAS FORÇAS ARMADAS NO BRASIL: OS GÉRMENS DO FRUTO AMARGO DA INTERVENÇÃO MILITAR	20
<i>Brazil's Armed Forces Origin: Germs of the Military Intervention's Bitter Fruit</i>	
<i>Gustavo Gordo de Freitas</i>	
O PAPEL DOS MOVIMENTOS POPULARES NA IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA SANITÁRIA	27
<i>Popular Movements' Role in a Health Policy's Implementation</i>	
<i>Kelen de Moraes Cerqueira</i>	
GEPOLÍTICA DO CAPITALISMO: UMA SÍNTESE SOBRE A SOCIABILIDADE ENTRE PROLETARIADO E BURGUESIA	37
<i>Geopolitics of Capitalism: a Sociability Synthesis Between the Proletariat and the Bourgeoisie</i>	
<i>José Manuel Mussunda da Silva</i>	
EDITORIAL	45

MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM UM MUNDO DE LOCKDOWNS: O CASO ANTÁRTICO EM 2021*Climate Change in a World of Lockdowns: the 2021 Antarctic Case**Magayo de Macêdo Alves¹***INTRODUÇÃO**

O continente antártico, não imune à destruição ambiental, é um exemplo de território que precisa ser protegido. Sendo a região com maior reserva de água potável do planeta, conforme aduz Câmara (2021), o grau da preservação lá aplicado, possui potencial de afetar diretamente o futuro da humanidade, a qual, cada vez mais, busca novas fontes deste bem. Desde que a legislação mais importante para a área – o Tratado da Antártida (TA) – entrou em vigor, em 1961, relações de domínio e poder geopolítico sobre o continente vêm sendo alteradas, segundo Buchanan (2022). Neste contexto, iniciativas que promovam políticas para estabilidade das temperaturas globais vêm florescendo, a exemplo do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), fazendo do clima planetário uma temática cada vez mais debatida por organizações internacionais para o meio ambiente. Em sua essência, elas tentam reagir, dentre outras pautas, aos crescentes desafios trazidos pela industrialização de nações como a China e Índia, avanços tecnológicos que possam causar danos ambientais, legislações omissas, ineficácia de medidas de preservação locais, nacionais e transnacionais etc.

No escopo de organizações antárticas, Sylvester e Brooks (2020) sugerem que um dos casos comumente trazidos na literatura como de sucesso, em matéria de Planejamento Espacial Marinho (PEM) é o da Comissão para Conservação dos Recursos Marinhos Vivos Antárticos (CCAMLR). Estabelecida pela Convenção de mesmo nome (CAMLR). Essa Comissão realiza reuniões periódicas com os países signatários do TA, chamados de partidos consultivos, no qual são discutidos planos de ação, visando regiões específicas das águas austrais, as quais, via de regra, são divididas em zonas e sub-zonas. A matéria das mudanças climáticas vai se tornando cada vez mais frequente no

¹ Advogado. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (PPGCPol/UFPel). Email: magayo_n@hotmail.com

material produzido pelos grupos de trabalho desta comissão (*working groups*). E, apesar de poucas menções diretas no escopo de documentos analisados, as temáticas por ela abordadas em muito se comunicam com a discussão, dentro do próprio Sistema de Tratados Antárticos (STA) de medidas ou mecanismos de minimização dos efeitos destas transformações na conservação da fauna e flora antárticas.

Portanto, o objetivo deste ensaio é expor as discussões acerca das mudanças climáticas, incorporadas na edição XLIII das Reuniões Consultivas do Tratado da Antártida (ATCM's), ocorrida em 2021. Através da aplicação da análise de conteúdo, quatro documentos foram analisados e filtrados após a utilização do descritor *climate change*, na página oficial de registro das pautas de reunião do referido Tratado, visando entender como o debate, em matéria de construção de políticas de preservação mais complexas, ocorreu durante a pandemia de COVID-19, em 2021. Inclui-se, também, as recomendações do Comitê de Proteção Ambiental (CEP), edição XXIII, e documentos analisados do relatório do Grupo subsidiário de resposta às mudanças climáticas (SGCCR) 2019-2021 (WP014), Antártica e mudanças climáticas do oceano antártico em um contexto global (WP017), projeto de uma estação antártica sustentável: reduzindo as contribuições para as mudanças climáticas (WP027), rede latitudinal de estações multiparamétricas na Antártida e observatório de mudanças climáticas (IP046).

COMPREENDENDO O CONTEXTO

A discussão em torno do fenômeno das mudanças climáticas nos trabalhos sendo desenvolvidos no seio das ATCM (chamados de *Working Papers*) é estruturada sob uma lógica de recomendações, tanto aos partidos consultivos, quanto à comunidade internacional em geral. Assim sendo, na 23ª reunião do Comitê para Proteção Ambiental (*Committee for Environmental Protection*) – CEP, houve uma sugestão conjunta para que o Programa de Respostas às Mudanças Climáticas (*Climate Change Work Programme*), idealizado nas ATCM, pudesse reformular sua lógica de atuação. Neste sentido, o primeiro dos documentos analisado, WP014, sugere que tal iniciativa opere sob uma lógica de atuação dentro de seis grandes áreas, as quais, se comunicando, servirão de base técnica para a construção de políticas de preservação e, conseqüentemente, de combate a degradação local causada pelas transformações no clima planetário. Essencialmente, são elas: efeitos no meio ambiente terrestre local, estudos sobre os efeitos nos mares antárticos, espécies nativas, construções e demais ambientes artificiais, questões emergentes, entendidas no contexto, em dois eixos principais: a introdução e presença cada vez mais acentuada de plásticos no Oceano Austral, e os efeitos da

influência humana de forma geral, e, por fim, pesquisas sobre introdução e permanência de espécies de seres vivos não nativos no continente antártico. Esta última variável, inclusive, vem recebendo maior atenção na literatura sobre o continente. Neste sentido, estudos como o de Hughes et al. (2020) indicam, por exemplo, uma lista de potenciais invasores que tendem a se fazer cada vez mais presentes na Antártica, caso políticas e demais ações de controle não sejam, de fato, implementadas com maior eficácia. Complementando esta discussão, Chown et al. (2022) aludem ao fato de que tais agentes externos têm o potencial de colocar em risco a fauna e flora nativas do bioma. O fato é que, em resumo, o WP014 reitera a filosofia trazida no seio das discussões de prover à comunidade que lida com os rumos da política antártica, baseados na melhor e, mais avançada, ciência disponível. O futuro do ambiente antártico é visto pela comunidade científica com incerteza.

No trabalho intitulado Antártica e mudanças climáticas do oceano Antártico em um contexto global (WP017), submetido pelo Comitê Científico para Pesquisa Antártica (SCAR), a dimensão do impacto das mudanças climáticas globais sobre o continente também está sob discussão. Particularmente, a ideia no documento é trazer, em sete pontos principais, os efeitos que podem ser medidos e/ou previstos no curto prazo destas transformações. As preocupações nas discussões se relacionam com perdas de gelo irreversíveis, desequilíbrio em cadeias alimentares, acidificação e salinidade da água dos mares antárticos, mudanças de biodiversidade (incluindo perdas da vida local), aumento de espécies animais não-nativas (em consonância com os dispostos no WP014), impactos nas construções humanas já existentes, e infraestrutura em geral, considerando o aumento provável nos níveis das águas.

Em resumo, os argumentos apresentados tanto no WP014, quanto WP017 se conectam num sistema de causa-efeito em cadeia. A lógica estruturante desta premissa, conforme discutido é que o aumento de até um grau Celsius na temperatura global acarretaria a probabilidade moderada de danos irreversíveis a uma variedade de biomas. Com isto, os outros pontos abordados se conectam, na medida em que, nutrientes que fomentam o desenvolvimento de determinadas espécies se tornariam mais escassos ou abundantes, água potável entraria mais facilmente em contato com águas salinas dos mares, o que, por sua vez, possui o condão de impactar a vida nativa, favorecendo o surgimento de espécies invasoras, mais adaptadas ao novo ambiente. Por fim, tais transformações na atmosfera e águas locais, poderão impactar a infraestrutura humana presente na Antártica.

Na reunião WP027, a discussão sobre as mudanças climáticas no continente Antártico gravitou em torno da ideia de design e construções sustentáveis no continente, entendidas como

àquelas em que os impactos negativos ao meio ambiente são minimizados, e os positivos, maximizados. Observando os dispostos sobre a matéria em 2009, em estratégia apresentada pelo SCAR, no documento intitulado *Mudanças Climáticas Antárticas e o Meio Ambiente* (do inglês: *Antarctic Climate Change and the Environment*), a ideia de desenvolvimento sustentável no continente, leva em consideração um total de nove princípios, listados nos anais em questão, quais sejam:

1. Eficiência operacional, incluindo energia, água e outros recursos;
2. Quantificação dos impactos das mudanças climáticas, através da análise dos ciclos de vida, incluindo níveis de carbono presentes em produtos e materiais;
3. Uso de energias renováveis;
4. Poluição e medidas para redução de lixo;
5. Análise da qualidade do ar em ambientes internos;
6. Utilização de materiais de construção não-tóxicos, e que sejam éticos e sustentáveis;
7. Consideração do meio ambiente antártico, nas etapas de design, construção e inutilização de prédios e demais estruturas;
8. Consideração dos níveis de qualidade de vida que seres humanos se submeterão, ao utilizarem as construções;
9. Design que se adapte às rápidas mudanças provocadas pelas mudanças climáticas na região.

Um dos pontos principais trazidos na discussão é de que as formas de design atuais são, quase sempre, formuladas com ambientes urbanos em mente. Isto, por si só, tornaria menos efetivo as suas aplicações em um ambiente remoto e com pouca presença humana, como a Antártica. Logo, um argumento poderia ser construído no sentido de indicar que os esforços da discussão vão além da mera incitação ao uso de técnicas menos danosas ao meio ambiente local. É objetivo dos países, em especial dos líderes do debate, Nova Zelândia e Reino Unido, que os partidos consultivos busquem desenvolver ou aplicar tecnologias com especial afinidade à realidade antártica, e não somente reproduzir o que já se é aplicado em outras partes do mundo. Particularmente, neste sentido, estas duas nações observam em uma série de recomendações às demais que “no caso de medidas de design sustentável não estarem completamente formuladas, considerar desenvolver processos de sustentabilidade internos em alinhamento com iniciativas locais, nacionais e/ou globais” (recomendação n.4).

Finalmente, na reunião IPO46, houve o estabelecimento de uma tentativa de medição dos efeitos das mudanças climáticas globais no continente Antártico, através dos esforços empreendidos pelo Chile para instalar sensores multiparamétricos, ou seja, capazes de medir, com um único material, várias variáveis, em 21 estações automáticas, sendo 10 deles em estações chilenas. Com isto, o documento prediz que esta nação formará “o gradiente latitudinal para estudo das mudanças climáticas mais longo do mundo, com mais de 8 mil quilômetros”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apontam que, durante a edição 2021 das ATCM/CEP, a temática das mudanças climáticas foi, repetidamente, trazida à tona. A ideia central de auxiliar os partidos consultivos, parte do desenvolvimento e aplicação das mais avançadas técnicas científicas disponíveis que estimem a realidade física do meio ambiente antártico, somando-se ao ponto de estímulo para o desenvolvimento de métodos e técnicas específicos para os cenários locais. A construção de medidas políticas é, a partir daí, pensada. No entanto, um dos desafios mais proeminentes continua a ser a aplicação pelos Estados nacionais, de legislações que diminuam tanto quanto o possível o impacto humano no meio ambiente, algo também concluído por Sampaio (2022) e Flamm (2022), em estudos independentes. Apesar de as mudanças climáticas não afetarem o planeta inteiro de forma igual (como trazido no WP046), há, naturalmente, uma tendência de que todos os países tenham que em algum momento, lidar com as diferentes realidades produzidas, sejam por efeitos diretos em suas jurisdições, seja por consequência das novas relações socioeconômicas com outras nações. A discussão aberta, portanto, residirá não em quando agir para mitigar os efeitos climáticos, mas como fazer isto e, em que nível as opções apresentadas serão viáveis no curto, médio e longo prazo.

REFERÊNCIAS

- BUCHANAN, Elizabeth; FLAMM, Patrick. Antarctic Treaty System at 60: fit for the future? **Australian Journal of International Affairs**, v. 76, n. 3, p. 245-247, 2022.
- CÂMARA, Paulo EAS. Ciência na Antártica, atividade de Estado. **INFOCIRM**, v. 33, n. 1, p. 14-14, 2021.
- FLAMM, Patrick. Legitimizing the Antarctic Treaty System: from rich nations club to planetary ecological democracy? **Australian Journal of International Affairs**, v. 76, n. 3, p. 266-285, 2022.

HUGHES, Kevin A. et al. Invasive non-native species likely to threaten biodiversity and ecosystems in the Antarctic Peninsula region. **Global Change Biology**, v. 26, n. 4, p. 2702-2716, 2020.

REUNIÕES CONSULTIVAS DO TRATADO DA ANTÁRTICA, 65, 2021, Berlim. **Anais**. Berlim, 2021. Disponível em: <<https://www.ats.aq/devAS/Meetings/DocDatabase?lang=e>>. Acesso em: 16 mar 2023.

SAMPAIO, Daniela P. Diplomatic culture and institutional design: Analyzing sixty years of Antarctic Treaty governance. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, v. 94, 2022.

SYLVESTER, Zephyr T.; BROOKS, Cassandra M. Protecting Antarctica through co-production of actionable science: Lessons from the CCAMLR marine protected area process. **Marine Policy** 111 103720, 2020.

O NEOCOLONIALISMO E CAPITALISMO: UMA ANÁLISE SOCIOPOLÍTICA AO SEU IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO, ECONOMIA E AMBIENTE NO “TERCEIRO MUNDO”

Neocolonialism and Capitalism: a Sociopolitical Analysis of its Impact on Third World's Development, Economy and Environment

Calido Mango¹

INTRODUÇÃO

O conceituado intelectual africano, Kwame N’krumah (primeiro presidente ganês), no seu livro “Neocolonialismo – o último estágio do imperialismo”, abordou discussões relevantes permitindo uma reflexão do que se vivia e ainda se vive na África pós-colonial, em termos políticos, econômicos e sociais – o mesmo discutiu o colonialismo “velho”, seus diversos estilos e as transformações assumidas ao longo do tempo até chegar ao neocolonialismo – fase ao qual N’krumah conclui que, este de modo algum, chegou a ser abolido. No entanto, levantou como hipótese que este, apenas mudou da política e a forma de atuar na África.

Entretanto, Samir Amin, outro respeitado intelectual africano nos leva a compreensão desta nova fase do colonialismo, referido por N’krumah – o neocolonialismo – através do capitalismo. Em uma das abordagens explicativas, Amin demonstra que essa nova fase, é disfarçada no “desenvolvimento” dos novos Estados africanos e nos outros países do “Terceiro Mundo” como América Latina, ao afirmar que “o capitalismo realmente existente, é necessariamente polarizador em escala mundial e, o desenvolvimento desigual que ele institui torna-se uma violenta contradição que cresce constantemente e não pode ser superada no quadro da sua própria lógica” (AMIN, 2005, p. 83).

O neocolonialismo, com característica múltipla e complexa, criou e ainda tem criado enormes problemas à África e América Latina em vários aspectos. O mundo, pós-segunda guerra mundial, escancarou a necessidade da estabilização econômica e social num Ocidente devastado por efeitos da guerra e, que desde então buscava uma rápida reorganização, relançando seus setores

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (PPGCPol/UFPel).
Email: oficialmango1@gmail.com

vitais em todos os aspectos. Essas razões levaram as principais potências colonizadoras (Inglaterra, França, Espanha, Portugal) a abdicarem da sua presença física nos territórios colonizados, concedendo “independências” há vários países, sobretudo na África, como forma de focar na reorganização sociopolítica e econômica interna, que pudesse permitir uma reviravolta na reestruturação da sociedade ocidental de modo geral. A industrialização e a expansão econômica ganharam força e, a presença dos Estados europeus, passou a ser cada vez mais crescentes através das parcerias, laços cooperativos, organizações internacionais e grandes empresas que atuam no “Terceiro Mundo”.

Empresas ocidentais instalaram-se na África e América Latina, sendo os *commodities* cada vez mais cobiçados. As grandes potências que no passado instauraram a dominação imperial e colonial nos dois continentes adotaram, dessa forma, novas estratégias para essa manutenção política. Zizek (1996), fala de “nova tecnologia e a sua revolução social, na influência cotidiana”, o que se pode classificar como uma das formas dessa presença neocolonial, justificando os interesses e políticas exploratórias nas suas antigas colônias.

A globalização fomentada é vista como uma máquina a serviço do Ocidente e sua elite, visando aperfeiçoar o colonialismo novo, um instrumento da dominação ideológica e capitalista, através do qual, assiste-se uma independência teórica dos Estados do “Terceiro Mundo” em detrimento das suas antigas metrópoles. Os ideais políticos de uma desocupação efetiva das potências coloniais nesses territórios são estratégias de um sistema de colonialismo avançado e integrado à expansão capitalista, possibilitando aparição de burguesias nativas na era contemporânea.

DESENVOLVIMENTO

Obviamente, o colonialismo que emergiu oficialmente no continente africano desde 1885, altura em que os territórios africanos foram oficialmente fragmentados pelas diversas potências coloniais, durante a conferência do Berlim, reforça que imperava também desde então uma dominação política, econômica e cultural de grande escala sobre os nativos (MANGO, 2017, p. 16). Este fato, teria levado a “Geração de Cabral”² a romper com as políticas do sistema colonial português na África, segundo Abadia (2016), ao dizer que:

² Líder político guineense e ideólogo da independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, considerado segunda maior figura histórica de sempre, pela Revista BBC *World Histories Magazine*, apenas atrás de Maharaja Ranjit Singh, líder do império sikh do início do século XIX, e ainda a frente de figuras como o britânico Winston Churchill, o Presidente norte-americano Abraham Lincoln e a monarca britânica Isabel I (1533-1603).

A partir da sua política de assimilação, destruir a tradição cultural das suas colônias através da formação de uma elite privilegiada e europeizada que contribuía com os colonizadores. [...] a ruptura epistemológica que possibilitou a concretização das lutas contra o colonialismo, tendo origem em uma geração [...] dentro do sistema colonial, passou a exigir a independência política como um primeiro passo para a libertação do continente africano (ABADIA, 2016, p. 4).

Naquela altura, a classe intelectual africana tinha como prioridade a obtenção da independência política do continente e consequente eliminação do colonialismo. A década de 1960 foi crucial para a África, na qual vários países conquistaram sua independência política de Portugal, fato esse possível apenas nos anos 1970. Com o fim do colonialismo em toda África na década de 1970, observava-se o neocolonialismo em marcha, interferindo em vários aspectos nos Estados independentes africanos, constituindo assim, um novo desafio para a geração pós-colonial.

N'krumah acredita que tanto o colonialismo, assim como o imperialismo e o neocolonialismo são expressões do capitalismo e das aspirações econômicas da burguesia na África; uma vez que afirmação do capitalismo levou o feudalismo ao declínio e, consequente ao aparecimento de uma nova superestrutura social (NKRUMAH, 1975, p. 65). Portanto, a história da democracia moderna, segundo Wood (2007), especialmente na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, foi responsável pelo capitalismo, criou uma relação entre o poder político e econômico, possibilitando que a dominação de classe se mantenha coexistindo com os direitos políticos universais, que foram usados estrategicamente como medidas de transformação.

A TRANSFORMAÇÃO ESTRATÉGICA E UM OLHAR SOCIO-ANTROPOLÓGICO

Há que admitir a perfeição da estratégia adotada e um virar de página vantajoso que o mundo Ocidental continua a ter sobre os Estados africanos e latinos. Num período não tão longínquo, em que o neocolonialismo ainda não tinha assumido o protagonismo, falava-se do colonialismo, um sistema com o qual os países coloniais se exibiam como valor, ato de pujança, exuberância e do poder de exercer exemplo de um povo ou sociedade “civilizada” sobre o Outro. Esse sentimento resultou as reflexões do antropólogo sul-africano Archie Mafege, que analisou e criticou a ideologia de “Eu” sobre o “Outro”, ou seja, europeu na condição de “Eu” (quer dizer em termos político e socialmente capaz e superior em relação ao um não europeu), e o africano neste caso, na condição de “Outro” (seria inferior, primitivo e incapaz político e socialmente).

Isto se baseia no “suposto de que este Outro é passível de escrutínio e passivo diante das investidas da produção [...]” (BORGES et al, 2015, p. 348). Essa prática de superioridade massacra e renega os valores e os princípios às outras sociedades pelo mundo, incentivando revoltas e resistências, com intuito de inverter as sequelas do poder colonial na África. Com a crescente consciencialização que se verifica no continente africano e sul-americano nos dias correntes, sobretudo nas universidades, entre as organizações de sociedade civil, espaços de militâncias e de afirmação política supõem-se que é possível mudar o dilema nas sociedades contemporâneas e nos Estados do “Terceiro Mundo”.

Particularmente, nos países africanos, os novos movimentos descomprometidos com a alienação e corrupção, procuram assumir o papel de uma nova revolução, em termos sociais e políticos, capaz de provocar mudanças e paradigmas. Historicamente, os movimentos nacionalistas no passado opuseram-se a dominação colonial e, isto possibilitou a independência política do continente africano. Crê-se que, da mesma forma, o surgimento dos movimentos de resistência contemporânea na América Latina e na África, pode combater o modelo de desenvolvimento capitalista imposto, com base nos valores ocidentais, a proliferar pela África e o mundo sob alçada da China, Índia, Singapura, Reino Unido, França, Japão e Estados Unidos da América, que assentam o capitalismo moderno, mantendo a sociedade refém dos diversos tipos de caos político, social e econômico com interesses destrutivos e exploratórios, sobretudo nos aspectos climáticos e ambientais.

Com influência desses países, as ideologias neocoloniais têm se espalhado de forma profunda desde América Latina, Ásia, África e Oceania deixando traços negativos e horrores por vezes incalculáveis. Na contemporaneidade, os Estados africanos e latino-americanos continuam a ser caçados pelas políticas aliciantes de “solidariedade” e do “desenvolvimento”, para induzi-los a permanecer nos jogos da dominação.

AS NOVAS FASES DA DOMINAÇÃO

Os Estados colonialistas, encontram alternativas de possíveis ameaças que poderiam enfrentar, face a uma independência sólida na África, criando estratégias ideológicas capazes de interferir política e economicamente nas antigas coloniais. A Inglaterra e a França são entre os que mais exercem influência junto dos Estados anteriormente colonizados. Portugal, não sendo tão forte tanto quanto foi, ainda insiste em exercer certa influência política e econômica nas ex-Colônias. O subdesenvolvimento dos Estados africanos e latinos foram impostos pelo Ocidente, através dos

modelos democráticos importados, que não atendem as especificidades locais e tornam os Estados reféns aos desafios contemporâneos.

Os Estados africanos e latinos, dificilmente conseguirão se afirmar política, econômica e socialmente enquanto estiveram reféns de uma política exploratória. Razão pelo qual Lopes (2011) afirma que uma organização política sólida e independente, afastaria quaisquer perspectivas ocidentais a uma interferência no desenvolvimento desses Estados, tanto na África assim como na América Latina, podendo conter, dessa forma, os avanços de degradação ambiental, prevenindo catástrofes climáticas que possam advir de má gestão política e econômica das elites nesses países (LOPES, 2011, p. 13).

Estrategicamente, o Ocidente criou os chamados “centros” que posteriormente alicerçou a estabilização do capitalismo em substituição ao colonialismo no mundo. Amin (2005) considera esses “centros” como regiões do sistema capitalista que contribuíram na hegemonização de uma “burguesia nacional” na África, criando os espaços periféricos definidos como negativos (AMIN, 2005, p. 83). Os Estados do “Terceiro Mundo”, precisam definir novas estratégias que lhes possam distanciar dessa alienação e sistemas dominadores e as políticas de desenvolvimento de vocação auto-centrada (real ou potencial), ao qual Amin (2005), classifica como:

O resultado do sucesso desigual dessas políticas foi um terceiro mundo contemporâneo bastante diferenciado. De todo modo, mesmo onde foram mais marcados os progressos da industrialização, as periferias continuam a ser gigantescas “reservas”, entendendo por essa definição que proporções variáveis, mas sempre muito importantes de sua força de trabalho, são empregadas (quando o são) em atividades de baixa produtividade. A razão disso reside no fato de que as políticas de modernização – ou seja, as tentativas de “recuperação do atraso” – impõem escolhas tecnológicas modernas (para que sejam eficazes, e até competitivas), e que são extremamente custosas em termos de utilização de recursos escassos (capitais e mão-de-obra qualificada). Essa distorção sistemática é agravada ainda mais cada vez que a modernização em questão é combinada com uma desigualdade crescente na distribuição da renda. Nessas condições, o contraste entre os centros e as periferias continua sendo violento. Nos primeiros essa reserva passiva, que existe também, permanece minoritária (variável de acordo com os momentos conjunturais, mas sem dúvida quase sempre inferior a 20%); nos segundos ela sempre é majoritária (AMIN, 2005, p. 85).

Essa balcanização política dos Estados denominados de “Terceiro Mundo”, além de possuir uma característica tendenciosa, objetiva empurrá-los para o abismo. As organizações internacionais e suas políticas do apoio ao desenvolvimento, muitas vezes servem como ferramentas usadas para concretizar esses objetivos –, tornando certos Estados cada vez mais dependentes dos seus parceiros internacionais.

AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E SUAS POLÍTICAS EXPLORATÓRIAS

É inegável que a ambição colonial continua a perseguir os países periféricos. Também é fato que o neocolonialismo que se alastra pelos diversos cantos da África e a América Latina, estão assentados nas políticas e nos processos decorrentes das atividades econômicas internacionais e dos acordos bilaterais que interferem na autonomia dos Estados independentes nesses continentes (LOPES, 2011, p. 13). São acordos que visam mais a dificultar a produção e o desenvolvimento desses Estados em vez de contribuir nos seus crescimentos.

Em termos gerais, as políticas dos organismos internacionais de regulamentação econômica ou financeira são exercidas pelo Fundo Monetário Internacional – FMI, pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, pelo *Center For Inquiry* – CFI e pela Agência Multilateral de Garantia de Investimentos – MIGA, todos suportados pela Organização das Nações Unidas – ONU, no qual essa organização incorpora suas exigências às questões humanitárias ou bélicas, através das alianças e políticas governamentais e não-governamentais (LOPES, 2011, p. 13-14). Nesse sentido, torna-se inflexível uma decisão macroeconômica, de vários Estados africanos e latinos em viabilizar suas economias sem precisar dos sistemas burocráticos do FMI e outros parceiros.

A “SOLIDARIEDADE” E O APOIO AO “DESENVOLVIMENTO”

A África pós-colonial encontrava-se determinada em sacudir a poeira do jugo colonial, através de novos governos e ações sociais relevantes. Contudo, durante todo esse período, as tentativas aliciadoras nunca cessaram por parte das antigas metrópoles; os esforços de aproximação foram nítidos, tanto quanto a dificuldade dos chefes africanos em lidar com administração política com resquícios coloniais. A penetração do neocolonialismo na África, se deu de forma “legítima” através de acordos bilaterais, fundos de “apoio” e financiamentos como as propostas políticas, que visam adquirir novos sistemas de governabilidade democrática, mediante financiamentos e implementações dos projetos da governação.

Para N’krumah (1967), “é a soma dessas tentativas modernas para perpetuar o colonialismo, ao mesmo tempo em que falam em liberdade, que veio a ser conhecida como neocolonialismo” (N’KRUMAH, 1967, p. 281). N’krumah alertava sobre as armadilhas que o “Primeiro

Mundo”³ implementava no “Terceiro Mundo”, por meio do capitalismo com a criação das iniciativas e programas do desenvolvimento econômico. Os investimentos que possibilitaram a instauração da burguesia nativa, atendem aos interesses das antigas metrópoles, cujas consequências ainda persistem (ROLIM, 2016, p. 171). Estados subjugados por este sistema passam a ter dependência econômica e política fortemente voltada ao continente europeu ou aos Estados Unidos de América e a China.

O neocolonialismo portanto, consiste em um sistema desenvolvido lado a lado com o capitalismo. Os dois juntos são mais do que um mero modo de produção; são vistos pelos seus protagonistas como um “projeto civilizatório”, social, econômico, político e cultural no qual se abarcam indivíduos e multidões de diversas sociedades culturais, incluindo as línguas e religiões. Para Lopes (2011), as novas metrópoles por vezes,

Distintas das antigas não se configuram mais em sedes governamentais com políticas de Estado empreendedoras, mas em empresas empreendimentos que têm entre seus investidores chefes de Estado, financiadores de campanhas políticas e interesses disseminados que não equacionam as necessidades dos espaços neocolonizados nem necessitam de uma legislação unificadora (LOPES, 2011, p. 15).

Qualquer Estado que se opuser a esse novo sistema de dominação, arca com as consequências de calamidades sociais e instabilidades políticas ou guerras como ocorreu na Líbia. Por isso, o Ocidente é visto como o principal responsável por sub-desenvolver a África e América Latina, com apoio de burguesia nativa, servindo como ponte para afirmação do neocolonialismo e capital ocidental.

A política colonial não só apropriou uma exploração econômica ou territorial na África; a sua política sobrepunha-se a vida política e social das populações. Abadia (2016), acredita que as marcas das explorações coloniais distinguiam-se “sobretudo, pela negação da condição humana da população colonizada, negação da sua cultura, da sua filosofia, do seu modo de ser” (ABADIA, 2016, p. 3). A mesma exploração colonial consistia, em outras palavras, por Aimé Cesaire⁴ como “sociedades esvaziadas delas mesmas, de culturas pisoteadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de

³ Durante a guerra fria (1945-1989), logo após a II Guerra Mundial surgiu a divisão geopolítica de seguinte maneira: primeiro mundo, segundo mundo e o terceiro mundo. A nomenclatura teve origem no demógrafo francês Alfred Sauvy, inspirado na preposição do Terceiro Estado usado na Revolução Francesa. Os países considerados do “Primeiro Mundo” são capitalistas e desenvolvidos (Estados Unidos de América e seus aliados), o “Segundo Mundo” seria os socialistas industrializados (União Soviética e seus aliados) e por fim, o “Terceiro Mundo”, são países capitalistas economicamente subdesenvolvidos e geopoliticamente não-alinhados.

⁴ Dramaturgo, intelectual martinicano, ensaísta e político de Negritude.

religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas (CESAIRE, 2010 apud ABADIA, 2016, p. 3).

O neocolonialismo e capitalismo, juntos, possuem poderosas ferramentas alienatórias, políticas, socioeconômicas e culturais. Suas raízes se expandiram significativamente com uma dominação simbólica poderosa, influenciando até o sistema de horário pelo mundo. Mundialmente, se orienta com base numa hora cristã ocidental chamada *Greenwich Mean Time* – GMT (Tempo Médio de Greenwich), que ignora outros tipos de horários e calendários como a budistas, hindu, balinês ou islâmicos.

A modernização imposta pela base ocidental tem conquistado espaços em todo mundo, com políticas do desenvolvimento capitalista com fortes destruições ecológicas e ambientais, emissões de gases e desmatamentos, que já afetam a sociedade (GUATARRI, 1990). As influências socioculturais interferem na América Latina ou entre Estados da África, através de ofertas de filmes e comidas ocidentais ou norte-americanos, uma evidência de hegemonia ideológica de dominante ocidental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises da política colonial e a outra fase do seu desenvolvimento, conhecido como o neocolonialismo, junto com o capitalismo formaram a maior ferramenta alienatória e exploratória. As ideias do Kwame N'krumah e outros autores que debruçaram a respeito como Amin, evidenciam como o colonialismo passou a transformar em neocolonialismo e a sua afirmação nos Estados africanos e na América Latina, espaços onde o seu crescimento é bem visível através das pequenas e médias burguesias nativas constituídas na base da influência política e econômica ocidental, com impactos extremos em diversos setores.

N'krumah, por exemplo, nunca se contentou com o crescimento do neocolonialismo na África. O mesmo acredita que o principal instrumento deste é a balcanização da África. Este fenômeno se daria pela falsa independência dos países africanos, que em teoria, teriam sua independência política, mas na prática permaneceriam “Estados-clientes”. A chegada do capitalismo na África e América Latina, na segunda metade do século XX, serviu de impulso para a “perfeição” do neocolonialismo; a globalização por sua vez foi uma adaptação aos contextos mais recentes. As parcerias tendenciosas e laços de cooperação e vários outros acordos multilaterais e bilaterais pouco beneficia os Estados periféricos. Não existe uma globalização saudável entre Estados africanos, latinos

e o Ocidente. O que se observa está mais para uma integração com benefícios parciais e isolados, inapropriados e tendenciosos, o que torna essa ideia inexistente.

REFERÊNCIAS

- ABADIA, Danúbia Mendes. A rejeição revolucionária do colonialismo: Amílcar Cabral e a luta de libertação na Guiné-Bissau e em Cabo-Verde. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 16, n. 183, p. 113-125, 2016.
- AMIN, Samir. O imperialismo, passado e presente. **Tempo**, v. 9, p. 77-123, 2005.
- BORGES, Antonádia et al. Pós-Antropologia: as críticas de Archie Mafeje ao conceito de alteridade e sua proposta de uma ontologia combativa. **Sociedade e Estado**, v. 30, p. 347-369, 2015.
- GUATTARI, Félix; BITTENCOURT, Maria Cristina F.; ROLNIK, Suely. **Las Tres Ecologías**. Campinas: Papyrus, 1990.
- LOPES, Ana Mónica Henriques. Descolonização e Racismo: atualidade e crítica Neocolonialismo na África. **Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, São Paulo, ano IV, n. 8, Dezembro/2011.
- MANGO, Calido. **As Lutas de Libertação e os Processos da Descolonização nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (1955-1975)**. Curitiba: Novas Edições Acadêmicas, 2017.
- N'KRUMAH, Kwame. **As Lutas de Classe**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1975.
- N'KRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo: último estágio do imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- ROLIM, Gustavo Koszenieswki. **Revolução e Cultura no Pensamento de Frantz Fanon e Amílcar Cabral**. O pensamento africano no século XX. São Paulo: Outras Expressões, 2016.
- WOOD, Ellen Meiksins. **Capitalismo e Democracia**. A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2007.
- ZIZEK, Slavoj. **Um Mapa da Ideologia**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto Editora Ltda, 1996.

A ORIGEM DAS FORÇAS ARMADAS NO BRASIL: OS GÉRMENS DO FRUTO AMARGO DA INTERVENÇÃO MILITAR

Brazil's Armed Forces Origin: Germs of the Military Intervention's Bitter Fruit

Gustavo Gordo de Freitas¹

INTRODUÇÃO

A Unha-de-Gato é uma trepadeira extremamente resistente às intempéries. Ela é capaz de sobreviver a secas intensas e a longos períodos chuvosos. Cresce em todo o tipo de solo, desde os mais férteis e propícios ao desenvolvimento da maioria das plantas, até solos com concentração relativamente alta de sal, onde somente as espécies mais adaptadas e adaptáveis sobrevivem. Ela cresce nos muros das casas lentamente, tomando aos poucos cada centímetro de parede que encontra e, quando não há mais espaço, lança galhos para o alto e passa a criar sua própria sustentação. Conforme se desenvolve, seu caule vai se tornando lenhoso e resistente, sendo difícil transpô-lo mesmo com ferramentas adequadas. Seus frutos se assemelham a figos e, quando cortados, soltam um líquido branco que lembra leite, mas que não fazem o menor interesse mesmo nos pássaros mais bravos. Têm aspecto amargo e perigoso.

A Unha-de-Gato é uma planta que aprendeu a se adaptar a todo o tipo de ambiente para sobreviver. Ela é ao final das contas uma guerreira pela sua própria sobrevivência. Segundo a Teoria da Origem das Espécies, não é o ser que se desenvolve, transmuta e adapta por vontade própria, mas as contingências causadas pelo meio ambiente que o obrigam a se modificar para sobreviver. Tudo o que há no mundo, em princípio, quer sobreviver.

Muito se discute nos últimos anos sobre a atuação das Forças Armadas na sociedade brasileira. Pouco se fala sobre os motivos dessa atuação e sobre como este grupo se desenvolve o suficiente para se tornar um ator na trama política nacional. Pouco se fala sobre as estratégias que teve

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (PPGCPol/UFPel).
Email: gustavogordof@gmail.com

que desenvolver para sobreviver às intempéries da sociedade; ao jugo daqueles que tinham o poder para decidir sobre seu destino.

Na busca por conhecer como pode ter ocorrido este processo, o presente ensaio sugere a hipótese de que o Exército tenha se formado como grupo coeso, preponderando então sobre todo o resto das Forças, num movimento de resistência à diminuição social ao longo do século XIX. Traremos aqui o conceito de “ralé” de Arendt (2012) para demonstrar como pode um grupo de pessoas que as forças preponderantes do Estado tentam alijar de participação social, acaba se tornando elemento chave na estrutura política até tomarem totalmente o poder. Não será objeto, do presente estudo, verificar como ocorreu a tomada de poder, mas compreender como o grupo foi tratado nos períodos iniciais de sua formação e permitir aos leitores vislumbrar como este tratamento foi crucial para os eventos futuros.

Para tanto, o presente ensaio será composto de duas seções além introdução e das considerações finais, chamadas de “O Gérmen” e “A Ralé”. Na primeira, faremos a apresentação da relação entre os militares e as elites políticas durante o período monárquico, especialmente entre as décadas de 1830 e 1850. Verificaremos como se deram os imbróglios gerados pelos diversos interesses em jogo no período, relativamente à manutenção e estruturação do Exército baseada principalmente no estudo de Schulz (1994) sobre as relações Civis-Militares entre 1850 e 1894 e subsidiariamente na obra de Fausto (1998) sobre a História do Brasil. Na segunda, será apresentado o desenvolvimento lógico de Arendt (2012) sobre o conceito de “ralé”, que usa para demonstrar os usos e a busca de afastamento da atuação social de determinados setores que não fossem do interesse direto das elites políticas e econômicas. Este conceito nos ajudará a entender como o grupo, inicialmente objeto de tentativa de sufocamento da classe política, acabou se tornando um dos principais atores nas relações sociais brasileiras.

Este não é de maneira alguma um escrito apologético ao Exército. O que se busca aqui é demonstrar somente que os indivíduos e as instituições estão em busca de sobreviver. Eles vão assumir papéis, agir de determinadas maneiras e tomar certas decisões, não como fruto do ego, mas pela sobrevivência. Este não é um estudo para mostrar a instituição em análise como uma vítima, mas para despi-la de sua casca dura e deixar de observar somente seus frutos nitidamente amargos. Buscaremos olhar as raízes ao invés das partes aéreas que vemos mais facilmente e nos levam a julgamentos apriorísticos que nos tiram da razoabilidade.

O GÉRMEM

Antes de 1850, a estrutura do Exército era frágil e sofria certo estrangulamento. A regência trina estabelecida em 1831, pela deposição de D. Pedro I e a ascensão de seu filho de cinco anos, foi um governo considerado "antimilitar e [que] virtualmente desmantelou o exército" (SCHULZ, 1994, p. 25). Foi implementada legislação que proibia promoções para além de segundo-tenente e que reformava, por desejo ou compulsoriamente, uma série de oficiais com metade do soldo. De qualquer forma, os oficiais da ativa ou reformados não recebiam seus proventos regularmente.

Ocorre que os governos liberais das regências a partir de 1831, assim como boa parte dos políticos da época, acreditavam que os gastos com a defesa nacional eram mau uso do dinheiro público. Para os liberais, a guerra atrapalharia o comércio e dificultaria as relações com outros países. Neste sentido, era preferível não investir em setores de defesa de forma a mostrar para os outros países que o Brasil era tão contrário à guerra que não se interessava mesmo por ter um exército próprio.

Apostaram na construção da Guarda Nacional, um sistema de milícias, que evitaria gastos e, em tese, garantiria a ordem no país. Segundo Fausto (1998), "as reformas do período regencial, entre outros pontos, trataram de [...] criar uma nova forma de organização militar, que reduzisse o papel do Exército [...] [, visto] pelo governo com muita suspeita" (FAUSTO, 1998, p. 162-3). A perspectiva de que os gastos com a defesa nacional deveriam ser reduzidos perdurou em governos liberais até o final do século XIX. Como dito, para esses grupos, a guerra atrapalharia o comércio e colocaria a economia a perder.

A Guarda Nacional consistia, assim, na formação de um grupo armado de confiança "capaz de reduzir tanto os excessos do governo centralizado como as ameaças das classes perigosas" (FAUSTO, 1998, p. 164). Era composta obrigatoriamente por todos os cidadãos com direito a voto entre 21 e 60 anos, o que reduziu de forma drástica a capacidade do Exército de arrematar novos contingentes, visto que quem servisse à Guarda, não precisaria servir ao Exército. O grupo seria "uma forma reorganizada da milícia, comandada por bons liberais" (SCHULZ, 1994, p. 26).

Contudo, em 1837, assumiu o governo um regente conservador, Pedro de Araújo Lima. Este implementou uma lei que trouxe boa quantidade de oficiais reformados de volta à ativa. O retorno do contingente aos seus postos permitiu a manutenção da ordem no país alguns anos mais tarde. A vitória de 1841, sob o comando do Duque de Caxias, em repressão à Revolta da Balaiada, abriu o

espaço necessário para que o Exército mostrasse sua importância no contexto político. Na sequência, reprimiu-se outras revoltas pelo país (revoltas liberais em Minas Gerais e São Paulo, Revolução Farroupilha, Revolução Praieira, por exemplo) o que permitiu assentar ainda mais a legitimidade da organização. A Guarda Nacional se mostrara ineficaz na execução de suas funções, inclusive sendo contrária ao governo em vários momentos. Não era uma instituição nacional, mas uma que protegia os interesses locais (SCHULZ, 1994).

Até esse momento o oficialato poderia ser dividido em uma classe de elite e outra de não-elite em que os oficiais do segundo tipo poderiam passar sua vida inteira presos em postos subalternos, ao passo que os do primeiro tipo viveriam uma ascensão rápida e certa em suas carreiras somente se diferindo por suas relações políticas (SCHULZ, 1994). A esmagadora maioria dos generais tinha origem na elite política nacional. Essas pessoas, em grande parte, haviam estudado em Portugal, tinham acesso a todo o tipo de conforto e faziam parte das estruturas sociais mais elevadas. Isso fazia com que o oficialato estivesse muitíssimo próximo da política civil e que interesses e necessidades pessoais se sobrepusessem aos da corporação ou do país.

Em 1850, foi promulgada uma lei, sob tutela do então Ministro da Guerra Manoel Felizardo de Souza e Melo (oficial do Exército) que estabeleceu uma reestruturação na progressão de carreira dos oficiais do Exército. As promoções passariam a ser feitas por critérios de antiguidade, formação intelectual, tempo de serviço e mérito. Esta nova estrutura permitiu a “abolição do sistema aristocrático que permitia a oficiais bem relacionados atingir altos postos de comando com pouca idade” (SCHULZ, 1994, p. 26). Também, “todos os oficiais da engenharia, Estado-Maior e artilharia deveriam ter concluído curso de nível universitário” (SCHULZ, 1994, p. 27). Após este período, uma quantidade cada vez maior de oficiais tinha nível de instrução adequado, ainda que perdurasse a politicagem.

Esta nova estrutura teve duas consequências principais e diretamente ligadas. Em primeiro lugar, propiciou o surgimento de uma Força que tinha conhecimento técnico. Este fator foi absolutamente indispensável para a formação de um oficialato mais profissionalizado e racional, realmente capaz de executar suas funções. Por segundo, ocorreu uma redução drástica na quantidade de aristocratas nos quadros da Força, o que resultou na diminuição de relações tradicionais e de privilégio que geravam uma série de imbróglios no seio da corporação. Com a profissionalização, ocorre que a política se traslada para o interior do grupo, de modo que os oficiais passaram a depender muito mais das relações internas na corporação do que de suas ligações com grupos externos (SCHULZ, 1994).

A carreira no Exército deixou, assim, de ser interessante para as elites, pois teriam que passar por todas as fases da carreira e ascender por mérito, por melhores que fossem suas ligações políticas. Ao mesmo tempo, com a fundação das faculdades de Direito na primeira metade do século XIX, tornou-se cada vez mais interessante esse tipo de investimento. Por volta de 1850 havia uma quantidade significativa de bacharéis em Direito ocupando os cargos políticos e da administração pública, ao passo que a quantidade de militares nos mesmos espaços diminuiu quase que proporcionalmente (SCHULZ, 1994).

Esta mudança no perfil do oficialato fez com que ocorresse uma reformulação da maneira como a corporação pensava e agia na sociedade. Perspectivas de grandeza e opulência abriram espaço para o sentimento de conexão com a classe média e as origens nobres não somente não eram mais tão relevantes, como não passavam boa imagem. Também, a internalização da hierarquia, que se desvinculara das questões aristocráticas, permitiu o desprendimento desses indivíduos de suas origens sociais. Ao fazê-lo, abarcavam as perspectivas e necessidades do “grupo adotivo”, seja, o Exército.

A RALÉ

Para Arendt (2012) o imperialismo é o estágio anterior ao totalitarismo e encontrou suporte na exportação dos problemas identificados na Europa para espaços estrangeiros, ou seja, Ásia e África, a fim de manter a estrutura social intacta. O evento mais importante a esse respeito foi a ascensão da burguesia como um grupo capaz de influenciar as decisões do Estado.

No século XIX, era necessário expandir o território para garantir a existência do Estado, pois uma população crescente de pessoas que não correspondiam aos modelos da sociedade europeia ameaçava sua própria existência. Além disso, a expansão da produção de bens apresentou a necessidade de encontrar novas fontes de matérias-primas. Todas essas necessidades eram da burguesia, a dona real dos meios de produção existentes naquela época. Para garantir o crescimento de sua riqueza (seus próprios interesses), o grupo encontrou sua forma de influenciar usando o arcabouço ideológico já estabelecido para justificar ações.

Arendt (2012) afirma que o pensamento hobbesiano influenciou o ideário burguês. Para Hobbes, há uma espécie de impossibilidade natural de manter um corpo político, já que a natureza humana é solitária e privada e não possui real obediência à sociedade e ao Estado. Nesse sentido, Estado e sociedade são reunidos pela violência para escapar dela, mas quando atingem um estado ótimo de ordem e estabilidade, atingem também o ponto de início da decadência.

Mas a preocupação de Hobbes era a manutenção da propriedade e sua acumulação e, nesse sentido, pode-se dizer que existe uma relação direta entre a quantidade de propriedade e a quantidade de poder social e político que se possui. Ao mesmo tempo, como se tem mais propriedade (e poder), precisa-se de ferramentas para mantê-la, caso contrário ela encontra sua própria decadência. A questão é que, à medida que cresce, o sistema passa a criar um grupo de pessoas geralmente alienadas à sociedade dominante. A ralé é uma parcela da população que não se encaixa na sociedade ou no sistema de produção. A competição entre as diferentes classes faz com que os governantes percebam que deve haver um lugar para colocá-la, a fim de evitar seu jogo problemático na sociedade. Essas pessoas, no caso dos países europeus, foram enviadas para as colônias na África e na Ásia.

Lá eles puderam encontrar sua utilidade para as sociedades européias quando começaram a explorar as chamadas “novas terras”. A população, como contrapartida da burguesia e da sociedade burguesa, passou de um problema a uma solução. Arendt (2012) afirma que a burguesia encontra na população um meio de investimento lucrativo e seguro.

O desenvolvimento deste conceito nos permite observar a forma como as elites políticas e econômicas manipulam os elementos indesejados na sociedade em benefício próprio. A questão é que nos primeiros anos do século XX, a mesma ralé acabou ascendendo ao poder e gerando um dos episódios mais nefastos da história humana conhecida. Foi a necessidade de sobreviver dos esquecidos, excluídos e expatriados o cerne, segundo Arendt (2012) para a formação dos grupos que sustentaram o totalitarismo na Europa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da apresentação que se fez no presente estudo, ainda que superficialmente, pode-se pensar como a classe dominante na Europa do século XIX foi capaz de encontrar um uso para a ralé e ao mesmo tempo afastá-la da sociedade em geral. Foi mais ou menos o que aconteceu com o Exército ao longo do mesmo período. Os fatos narrados mostraram o início de uma dinâmica nas relações entre civis e militares que perduraria por pelo menos 100 anos.

Com o desenvolvimento de regras mais rígidas para a progressão de carreira, as classes mais altas passam a se interessar menos ou mesmo rechaçar a Instituição. Antes ela era tomada como uma espécie de casta de guerreiros e dominada pela aristocracia em seus níveis mais altos, o que deixa de ser possível. Ao mesmo tempo, a criação de universidades no Brasil fez com que as classes

superiores passassem aos bancos das faculdades de Direito, o que contribuiu para a subalternização do grupo, bem como para a sua separação mais profunda. É o início de um processo de ensimesmamento que gerou 80 anos depois, nos anos 1930, uma corporação coesa e forte o suficiente para intervir 34 anos mais tarde na sociedade brasileira.

Também, o pensamento liberal corrente no império, sobretudo a partir de 1850, e que se fortalece cada vez mais até o fim do período, influenciou que a classe política buscasse a supressão das FFAA, sendo que não se percebia (e se evitava) os conflitos, que atrapalhariam as relações de comércio e a economia. Embora não entre no escopo deste escrito, é interessante dizer que somente ao longo do período da Guerra do Paraguai houve um aumento do investimento do Estado nos contingentes, seguido de uma queda significativa no orçamento no ano seguinte ao fim do conflito.

Isto mostra, em alguma medida, que as FFAA não somente se formam pouco a pouco da ralé, mas que são interpretadas como a ralé pela classe política no período em análise. O arcabouço político existente à época de sua formação foi um dos elementos que proporcionou coesão ao grupo, ou seja, a resistência aos elementos externos que buscavam suprimir ou reduzir ao máximo, o grupo.

É importante perceber que o uso do termo ralé de Hannah Arendt e as FFAA tem uma utilidade sazonal dentro da sociedade e para as classes dominantes. Este argumento não somente é verificado pelo aumento nos investimentos durante a Guerra, mas na instrumentalização do grupo no Golpe da República e depois ao longo da primeira metade do século XX para que a classe política atingisse seus objetivos. Assim sendo, ainda que a consolidação do Exército como um grupo coeso e bem estruturado só tenha acontecido de fato nos anos 1930, foi no século XIX que ocorreu a semeadura das intervenções militares na sociedade brasileira ao longo do século XX. Os germens da árvore que frutificaram no fruto amargo da Ditadura Militar de 1964, foram lançados quando os poderes civis tentaram suprimir a casta militar por interesses econômicos. Estas ações geraram uma árvore que dificilmente será dominada ou suprimida, tão longas são suas raízes na história deste país.

REFERÊNCIAS

- ARENDR, H.A. **Origem do Totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- SCHULZ, J. **O Exército na Política**: origens da intervenção militar 1850-1894. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

O PAPEL DOS MOVIMENTOS POPULARES NA IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA SANITÁRIA

Popular Movements' Role in a Health Policy's Implementation

Kelen de Moraes Cerqueira¹

INTRODUÇÃO

Desde 1978, quando mais de 700 nações se reuniram na Primeira Conferência Internacional sobre Cuidados Primários em Saúde, em Alma-Ata, na República do Cazaquistão, o conceito de saúde foi sendo construído, de forma a contemplar a conjuntura social, econômica, biológica e cultural das sociedades (DECLARAÇÃO DE ALMA-ATA, 1978). Naquele momento, a atenção primária à saúde alcançou reconhecimento da sua importância, para garantir qualidade de saúde a população e por sua vez, o desenvolvimento econômico. Experiências em assistência a saúde, foram discutidas e reconhecidas como importantes possibilidades de aprimoramento das estratégias de cuidado em saúde. Muitas práticas, fundamentadas em outras racionalidades médicas diferentes da Biomedicina – como a acupuntura, a fitoterapia, Medicina Ayurveda, entre outras, estavam atingindo resultados muito positivos na assistência em saúde, segundo registros de nações da África, da Ásia e América do Sul. Frente a isto, a Organização Mundial de Saúde (OMS), recomendou o reconhecimento destas práticas, classificadas internacionalmente como medicinas alternativas e complementares, nos sistemas públicos de saúde de seus países membros, como forma de implementar o cuidado (DECLARAÇÃO DE ALMA-ATA, 1978; BRASIL, 2018).

Neste mesmo contexto histórico, o Brasil passava por uma radical reforma sanitária, com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), regulamentado através da Lei Orgânica da Saúde, nº 8080/90, que ampliou o conceito de cuidar. A Constituição Brasileira que acabara de ser construída, determinava a saúde como um direito de todos os cidadãos e dever do Estado brasileiro (BRASIL, 1988). No processo de construção do SUS, muitas políticas públicas foram sendo publicadas para

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (PPGCPol/UFPel).
Email: kellencerqueira@gmail.com

garantir este direito à saúde. Em 2006, o Ministério da Saúde publicou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PNPICS), através da portaria GM/MS nº 971, que propõe outras opções terapêuticas, com caráter multiprofissional, buscando estimular mecanismos naturais de prevenção de doenças e promoção de saúde, fundamentando o cuidado nas necessidades individuais de cada paciente, na multidimensionalidade – física, emocional e espiritual (ANDRADE, 2006; FREITAG; BADTKE, 2019). Existem registros das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, as PICS, no sistema público de saúde brasileiro desde o início da década de 1980 (BRASIL, 2006).

A PNPICS constituiu, ainda, um importante passo para a expansão da pluralidade na saúde brasileira. A ideia de pluralismo foi originalmente desenvolvida na Ciência Política, para defender o princípio de que cidadãos socialmente iguais, em direitos e deveres, podem ser diferentes, em percepções e necessidades. Na área da saúde, entretanto, este preceito sempre sofreu grande resistência. Dessa forma, no Brasil, a legitimação e institucionalização das práticas complementares teve início somente em 1985, após a descentralização do governo, a introdução da participação popular, através dos Conselhos Nacionais de Saúde (CNS), e o crescimento da autonomia municipal, promovidos durante a reforma sanitária pela qual passava o Brasil (BARROS, 2007).

Entretanto, a implantação da PNPICS no Brasil, tem acontecido de forma bastante heterogênea (BRASIL, 2020). Dados do Ministério da Saúde (SCNES, SISAB/DATASUS) apontam para a concentração de estabelecimentos de saúde com PICS em atenção primária à saúde (APS) nas regiões Sudeste e Nordeste, evidenciando, diferenças regionais significativas na implantação das terapias complementares. Acredita-se, que essa diferença se deve ao fato de municípios dessas regiões estarem envolvidos com terapias complementares por meio da iniciativa de voluntários, desde 1980, como aconteceu em Uberlândia-MG, com a utilização da fitoterapia. Nesse município, por exemplo, o processo de implantação de PICS ocorreu por meio da criação do Programa Municipal de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PMPICS), uma articulação entre o prefeito, Câmara de Vereadores, Comissão Intersetorial de PICS (CIPIC) e do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (ALVES; QUERINO, 2019). Neste sentido, ressalta-se a importância da central de movimentos populares (CIPIC e CNS) na estruturação das PICS no município.

HUMANIZAÇÃO DA SAÚDE E O DEBATE DO PAPEL DAS SOCIEDADES NOS PROCESSOS DE MUDANÇAS DE PARADIGMA

Os movimentos populares e as entidades civis organizadas, em favor de práticas alternativas de cuidado, movimentam-se de encontro à medicina ocidentalizada, biomédica, voltada para a doença, para um indivíduo avaliado de forma compartimentada – coração, rins, pulmão – como se o seu contexto social, econômico, cultural e espiritual não fosse determinante de saúde ou adoecimento (COSTA; COSTA, 2019; HABIMORAD; CATARUCCI, 2020). A ocidentalização da medicina acarretou o apagamento da medicina tradicional e desumanizou o cuidado. Isto posto, o resgate de técnicas de cuidado fundamentadas na cultura e nas tradições dos povos, traz para debate também, a humanização da saúde (BARROS, 2007).

Tal constatação retoma a discussão do papel das sociedades nos processos de mudanças de paradigmas, como o da Medicina Tradicional para a Biomedicina e da Biomedicina para a Medicina Tradicional. A Antropologia orienta este debate elucidando como o campo da saúde é pensado através da relação entre indivíduo e sociedade e suas várias articulações com os seus respectivos contextos. Partindo do entendimento atual da saúde como “mercadoria de consumo”, cujos padrões de aquisição passam pelas regras determinadas pelo capitalismo, mesmo sendo um direito democrático, torna-se relevante a discussão do comportamento social sob a ótica de estudos como o de Félix Guattari, em seu livro “As Três Ecologias”, de 1990, no qual é discutida a ideia de que as relações da humanidade com o “socius”, com a “psique” e com a “natureza” tendem, a se deteriorar cada vez mais por uma passividade fatalista dos indivíduos e dos poderes à universalidade do capitalismo. O estruturalismo e o pós-modernismo determinaram uma visão de mundo que descarta a pertinência das intervenções humanas em políticas e micropolíticas concretas. Entretanto, o autor refere que explicar esse perecimento das “práxis” sociais pela morte das ideologias e pelo retorno aos valores universais seria insuficiente.

Os fundamentos para esta explicação encontrariam maior sustentação na inadaptação das “práxis” sociais e psicológicas e também na cegueira quanto ao caráter falacioso da compartimentação de alguns domínios (como o exercido pela ocidentalização da medicina). Guattari (1990) refere que não é justo separar as relações existentes entre a “psique”, a sociedade e o ambiente. A negação das degradações desses três domínios, tal como é alimentado pela mídia, determina a infantilização da opinião pública e a neutralização destrutiva da democracia (do poder

social). Ademais, o apagamento das práticas tradicionais de cuidado – como as PICS, bem como a ocidentalização da medicina encontra em Felix Guattari, fundamentação, quando ele discorre sobre a “esquizoanálise”, processo que determina que todos os conhecimentos e práticas devem ser enquadrados em fundamentos teóricos assegurados por autoridade de um grupo, de uma escola, de um conservatório ou de uma academia. O autor classifica a “esquizoanálise” como catecismos psicanalíticos, comportamentalistas, sistematizados, ou seja, quando a sociedade vai se desfazendo de suas crenças e práticas culturais por não se classificarem em paradigmas pré-determinados por padrões universais. O que explicaria a oposição de muitos conselhos profissionais, como o Conselho Federal de Medicina Brasileiro, às Práticas Integrativas e Complementares, mesmo diante do reconhecimento popular e do Ministério da Saúde.

Não obstante, Guattari (1990) prevê que talvez seja por meio das ciências essencialmente positivistas, que se possa esperar a reviravolta mais espetacular em relação aos processos de subjetivação. O autor cita conceitos de Ilya Prigogine e Isabelle Stengers, no qual invocam a necessidade de introduzir na física um “elemento narrativo”, indispensável para teorizar a evolução em termos de irreversibilidade. Diante disso, manifesta sua convicção, de que a subjetividade, se pronunciará cada vez mais quanto maior for o desenvolvimento tecnológico, acarretando, assim, no ressurgimento das práticas sociais e individuais. Tal constatação pode ser observada, atualmente, nos atendimentos em saúde, na procura crescente por práticas alternativas de cuidado. Atualmente, no mundo, observa-se um aumento muito significativo no interesse da população pelas PICS; segundo a OMS, mais de 70% da população mundial depende dessas práticas como atenção primária. Nos países desenvolvidos, existe um crescimento desse modelo de cuidado, onde mais de 100 milhões de europeus e um número ainda maior de pessoas concentradas na África, Ásia, Austrália e Estados Unidos da América são usuárias de PICS. Em 2012, as PICS movimentaram aproximadamente 83,1 bilhões de dólares nos países usuários dessas terapias (CONTATORE, 2015). Atribuiu-se, esse crescimento, ao aumento da demanda causada pelas doenças crônicas; ao aumento dos custos dos serviços de saúde, levando os pacientes à procura de outras formas de cuidado; à insatisfação com a terapêutica biomédica; ao interesse por um cuidado holístico e preventivo às doenças e à procura por tratamentos que ofereçam qualidade de vida quando a cura não é possível (CONTATORE, 2015).

Elias (1994), também refletiu sobre como acontece mudanças de hábitos e costumes sociais, ressaltando primeiramente que a sociedade é formada por um grande número de pessoas reunidas, mas um bom número de pessoas reunidas na Índia e na China forma um tipo de sociedade

diferente da encontrada na América ou na Grã-Bretanha; a sociedade composta por muitos indivíduos na Europa do século XII era diferente da encontrada nos séculos XVI ou XX. E, embora todas essas sociedades certamente tenham consistido e consistam em nada além de muitos indivíduos, é claro que a mudança de uma forma de convívio para outra não foi planejada por nenhum deles. Não obstante, o autor cita Auguste Comte para classificar o processo socio-histórico da humanidade. Para Comte este processo se dividia em três estágios – o antropocêntrico, no qual as esperanças e temores da humanidade se condensam numa crença socialmente predeterminada em espíritos punitivos ou realizadores de desejos, um segundo estágio metafísico-filosófico, quando conceitos abstratos como “natureza”, “razão” ou “espírito” são vistos como entidades metafísicas e por fim, um terceiro estágio científico-positivista em que todas as ideias, conceitos e teorias se tornam “antidogmaticamente” corrigíveis pela pesquisa sistemática e verificáveis pela aplicação.

Zizek (1996), ferrenho crítico do capitalismo, também aborda o comportamento social, mas a partir da questão do “ponto zero” de recursos ao qual a humanidade se aproxima por sua expansão desenfreada e conseqüente utilização desmedida destes recursos. Ele relata que as sociedades vivem em um momento apocalíptico e seus fundamentos são os mais variados; entretanto, o referente a “Nova Era”, tem um tom espiritualista, interpretando-a como a passagem de um modo de “consciência cósmica” para outro (em geral, da postura mecanicista-dualista moderna para a postura de imersão holística). Magia e ciência, fé e conhecimento, portanto, se conciliarão e a antiga fé terá confirmação experimental científica. O verdadeiro milagre é a própria lacuna que nos separa da imersão imediata na realidade.

Observa-se ainda, que a maioria das técnicas tradicionais de cuidado vêm de povos do Oriente, o que remete a ideia, de que estes povos tiveram algum grau maior de resistência à ocidentalização da medicina, do que as demais nações. O imperialismo suplantou diversas culturas e como Hannah Arendt referiu em seu livro “Origens do Totalitarismo” [edição de 2012], fomentando um desprezo pelo Estado-nação, fundamentado na ideia de que se deveria unir os povos com origem étnica semelhante, independente da história ou do lugar em que residem, apagando também a memória cultural de muitos povos.

COMPORTAMENTO SOCIAL COMO A MERCANTILIZAÇÃO DAS PRÁTICAS HUMANAS: DEBATES E DESAFIOS NA PÓS-MODERNIDADE

Os movimentos sociais têm o poder de libertação das amarras coloniais. A virtualidade do espaço mundial constitui a primeira determinação dos movimentos da multidão – uma virtualidade que precisa ser tornada real. O espaço que pode meramente ser percorrido precisa ser transformado no espaço da vida, a circulação precisa torna-se liberdade. Em outras palavras, a multidão móvel precisa conquistar uma cidadania global. A resistência da multidão ao cativeiro – a luta contra a sujeição de pertencer a uma nação, a uma identidade, a um povo e, portanto, a deserção da soberania e dos limites que ela impõe à subjetividade – é inteiramente positiva (HARDT, 2001).

Harvey (1992) aborda o comportamento social, no qual discorre sobre a superficialidade da sociedade pós-moderna, sendo que o imediatismo e o sensacionalismo se tornam meios de forjar a consciência. A ruptura da ordem temporal da história, por esta consciência forjada, origina um peculiar tratamento do passado. Rejeitando a ideia de progresso, o pós-modernismo abandona todo sentido de continuidade e memória histórica, enquanto desenvolve uma incrível capacidade de absorver dela tudo o que se classifica como aspecto do presente. Este aspecto pode ser um dos determinantes das discrepâncias na implantação da PNPICS, em um país de dimensões continentais como o Brasil. As práticas tradicionais de cuidado se fundamentam em um processo de humanização da saúde, que passa fundamentalmente pela retomada de práticas culturais que se sustentam na abordagem holística do ser humano, indo ao encontro da superficialidade forjada na consciência pós-moderna de uma sociedade ávida por lenitivos imediatos, mas fugazes, aos seus sintomas, preterindo os tratamentos mais demorados, que lhe consomem mais tempo. A efetiva implantação da política, bem como o melhor resultado destas técnicas, requer um aprofundamento do cuidado, além do estreitamento do vínculo com o passado cultural da sociedade. Harvey (1992) quando cita Michel Foucault, explica que o que é produtivo não é sedentário, mas nômade, entendendo-se, este estudo, que se atingem melhores resultados na dinâmica dos processos de cuidado, na complementariedade entre as racionalidades médicas, medicina convencional (Biomedicina) aliada a medicina tradicional (baseada nos conhecimentos de cada cultura social). A certeza baseada em um só fundamento é ilusória capaz de atingir apenas um alívio fugaz dos sintomas.

Outrossim, determinantes do comportamento social, assim como a mercantilização das práticas humanas pelo capitalismo, também foram abordados por Wood (2007). A autora refere que o

capitalismo é incompatível com democracia, quando seu significado se fundamenta no governo que vem do povo. Isso acontece, principalmente, porque o capitalismo depende das “leis” do mercado, das condições de vida mais básicas e dos requisitos de reprodução social mais elementares, uma condição irreduzível. Toda prática humana que possa ser convertida em mercadoria deixa de ser acessível ao poder democrático. Ou seja, democratização, requer “desmercantilização”, que, por sua vez, significa o fim do capitalismo. Desta forma, a mercantilização da saúde é profícua ao capitalismo, no caso à indústria farmacêutica, e ao próprio Estado, pela arrecadação de impostos. Por conseguinte, grandes entraves a práticas tradicionais de cuidado seriam o próprio mercado que se vale da doença para alcançar o lucro e a passividade da vontade popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas tradicionais de cuidado, diminuem o uso de medicamentos, são de baixo custo e sua acessibilidade através do sistema público de saúde é capaz de diminuir o gasto público com medicamentos, além de desonerar a população de gastos com saúde, portanto, sob esta perspectiva, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares de Saúde constitui um importante pilar da democratização da saúde.

Barros (2007), em sua exposição sobre a PNPICS, também partilha desta mesma opinião quando se refere ao impacto alcançado com a publicação da PNPICS, entre outros, nos campos econômico, técnico e sociopolítico, pois promoveu a inclusão de práticas de cuidado subsumidas no discurso e ação dominante do ardiloso mercado de produtos e serviços da racionalidade biomédica. Segundo ele, uma das maiores contribuições das Ciências Sociais da segunda metade do século XX foi a proposta de escavação sociológica do instituído, com o objetivo de redescobrir as, até então, apagadas formas de sociabilidade. Graças a este processo na área da saúde, foi possível dar visibilidade a outras explicações diferentes das sistemáticas dominantes. Tal realidade permite observar, como a exclusividade epistêmica produziu um conhecimento regulador, normativo e excludente, onde tudo o que fica à sua margem é considerado alternativo, definido pelo que não é, ao invés de ser definido pelo que é, ou seja, tradicional, cultural.

Além disso, tanto as recomendações da OMS, como o discurso do Ministério da Saúde quanto aos princípios da promoção de saúde, atingem identidade ao reconhecerem o pluralismo terapêutico e a “alteridade dos cuidados”, ao qual a Antropologia se refere. A institucionalização da PNPICS é resultado do histórico sanitário brasileiro: a eficácia clínica e sociocultural sustentada na

tradição. A PNPICS reconhece o pluralismo terapêutico presente na cultura da sociedade (BARROS, 2007; ANDRADE; COSTA, 2010). Os princípios de promoção global do cuidado humano, integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade, a ampla abordagem da doença e da saúde e a utilização de recursos naturais de prevenção constituem elementos da integralidade do cuidado, holística e complexa, como referem às diretrizes defendidas pela OMS e pelo Ministério da Saúde (LUZ, 1993).

Com o reconhecimento político, chega-se à conclusão de que o papel dos movimentos populares, voluntários na efetiva implantação e implementação da PNPICS é de importância estratégica. Uma sociedade que reconhece seu legado histórico-cultural resiste às amarras imperialistas que apagam qualquer memória cultural. Desconstruir a postura imediatista, consumista forjada pelo colonialismo capitalista também é fundamental para fortalecer estes movimentos. Debater sobre o entendimento social dos processos saúde-doença, bem como seus determinantes sociais, econômicos e ambientais é outro ponto importante a ser trabalhado nestes movimentos. Por conseguinte, a PNPICS não se restringe apenas a uma política pública de promoção de saúde, mas também a um importante pilar na construção da Integralidade do cuidado, um dos fundamentos do SUS (sistema público de saúde do Brasil), do pluralismo terapêutico, do reconhecimento do legado sociocultural brasileiro na reconstrução das ciências da saúde, bem como, da resistência ao colonialismo capitalista e excludente. Portanto, a participação popular na implantação da PNPICS é irrevogável e intransferível diante do impacto desta política pública na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMA-ATA, Declaração. **Conferência Internacional sobre Cuidados de Saúde Primários**. Alma-Ata/URSS, 1978. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_alma_ata.pdf>.

ALVES, C. M.; QUERINO, R. A. Práticas integrativas e complementares de saúde em Uberlândia, Minas Gerais: o processo de implantação na perspectiva dos trabalhadores. **Hygeia** [Internet], v. 15, n. 32, p. 149-63, 2019. ISSN: 1980-1726.

ANDRADE, J. T. **Medicina Alternativa e Complementar**: experiência, corporeidade e transformação. Salvador. Fortaleza: UFBA, EdUECE, 2006.

ARENDR, Hannah. **Origens do Totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.

- BARROS, Nelson Filice de; SIEGEL, Pâmela; SIMONI, Carmen De. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: passos para o pluralismo na saúde**. 2007. ISBN: 85-334-1208-8.
- BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE; SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC-SUS)**. 2006. Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpic.pdf>>.
- BRASIL, Ministério da Saúde, Coordenação Geral de Áreas Técnicas, **Formação em Auriculoterapia para Profissionais de Saúde da Atenção Básica**, módulo 1, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Departamento de Saúde Pública, Florianópolis: Fett Educação e Ensino Ltda, 2018.
- BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Saúde da Família, Coordenação Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. **Relatório de Monitoramento Nacional das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde nos Sistemas de Informação em Saúde**, jul. 2020. Disponível em: <https://docs/portaldab/documentos/pics/Relatorio_Monitoramento_das_PICS_no_Brasil_julho_2020_v1_0.pdf>.
- CONTATORE, Octávio Augusto et al. Uso, cuidado e política das práticas integrativas e complementares na Atenção Primária à Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 3263-3273, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320152010.00312015>>.
- COSTA, Alinne Silva Andrade et al. Entre o local e o nacional: os desafios contemporâneos na gestão da política nacional de práticas integrativas e complementares em saúde direcionados para a atenção básica, no município de São Luís-MA. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 4, p. 17072-17085, 2020. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaold_355cb8720a0dda2.pdf>.
- ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FEDERAL, Senado. **Constituição**. Brasília (DF), 1988. ISBN: 978-85-528-0062-0.
- FREITAG, V. L.; BADKE, M. R. **Práticas Integrativas e Complementares no SUS: o (re) conhecimento de técnicas milenares no cuidado à saúde contemporânea**. Curitiba: Nova Práxis Editorial, 2019.
- GUATTARI, Félix. **As Três Ecologias**. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. 11.ed. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

HABIMORAD, Pedro Henrique Leonetti et al. Potencialidades e fragilidades de implantação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 395-405, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020252.11332018>>.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. São Paulo: Record., 2001.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LUZ, Madel Therezinha. Racionalidades médicas e terapêuticas alternativas. In: **Racionalidades Médicas e Terapêuticas Alternativas**. 1993. p. 32-32.

WOOD, Ellen Meiksins. **Capitalismo e Democracia**. A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

ZIZEK, Slavoj et al. **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

GEOPOLÍTICA DO CAPITALISMO: UMA SÍNTESE SOBRE A SOCIABILIDADE ENTRE PROLETARIADO E BURGUESIA

*Geopolitics of Capitalism:
a Sociability Synthesis Between the Proletariat and the Bourgeoisie*

José Manuel Mussunda da Silva¹

INTRODUÇÃO

Na idade moderna, no final do século XV e na primeira década do século seguinte, inicia-se o processo que criou o modo de produção capitalista. Nessa época, assistiu-se a um número crescente da classe trabalhadora ou proletários lançados no mercado de trabalho de modo a oferecer a sua força de trabalho em detrimento da necessidade humana e materiais (MARX, 1988). Com base nessa necessidade, os burgueses compravam as mercadorias e a força de trabalho do proletariado com objetivo de acumular primitivamente seu capital, por isso, encontramos no capitalismo àqueles que detêm os meios de produção (fábricas, máquinas, ferramentas etc), e aqueles que nada possuem, a não ser força de trabalho. No entanto, é a partir da relação dos meios de produção e a força de trabalho que surge o capitalismo que acumula suas riquezas em detrimento do trabalho alheio prestado pelo operário. Assim, hipoteticamente, na atualidade, o capitalismo e a exploração se tornaram, cada vez mais indissociáveis, nas relações humanas.

Este estudo objetiva problematizar e, conseqüentemente analisar o sistema capitalista, sua relação com o trabalho (alienação e exploração) tendo em conta o processo de sociabilidade humana entre burgueses e proletários.

Do ponto de vista metodológico, propõe-se uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo através de revisão de literaturas selecionadas, como livros, artigos, etc., que se relacionam com a temática, com pretexto de responder ou não a seguinte questão: De que modo o sistema capitalista se transforma em exploração?

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (PPGCPol/UFPel).
Email: mussundamiranda@gmail.com

Por sua vez, além desta introdução e considerações finais o texto está organizado em duas partes. A primeira faz um resgate histórico, a partir da literatura de Marx e Engels sobre o conceito de trabalho e a forma de dominação na relação entre operário e latifundiário, sobretudo na questão do tempo, sua necessidade de férias etc. A segunda é explorada e problematiza a visão multifacetada dos principais autores(as) selecionados(as), sobre a forma como encaram o sistema capitalista, sua relação com o mercado, dinheiro e religião.

TRABALHO, DOMINAÇÃO, TEMPO E FÉRIAS

Para Marx, o trabalho é um conceito central para compreensão dos mecanismos de exploração e acumulação de riquezas na sociedade capitalista. A concepção de trabalho, segundo Marx e Engels (1996), está atrelada a um enquadramento prévio do materialismo histórico. Assim, para desenvolverem a concepção materialista da história, entenderam que a relação sujeito e objeto é dialético e materialista, isto é, o sujeito é produto do meio e determinado pelas condições materiais e a sociedade é o produto das relações de produção, mas sob custódia do Estado. Aliás, segundo Marx e Engels (1996), a sociedade está dividida em duas camadas: Infraestrutura e a Superestrutura.

A infraestrutura para Marx e Engels (1996), refere-se a estrutura econômica formada pelas relações de produção e das forças produtivas, ou seja, a forma como as sociedades se organizam economicamente e produzem os bens necessários para sobreviver (sociedade civil). Por conseguinte, a superestrutura é o conjunto de representações sociais, manifestados nas normas, na política e na ideologia, isto é, são as relações materiais de dominação. Os autores ressaltam que são as relações produtivas e materiais que determinam a dimensão simbólica do ser social. Ou seja, no materialismo histórico, o trabalho é um elemento fundamental, enquanto considera o homem como um ser histórico-social que se constitui como tal por meio do trabalho.

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e, à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 1998, p.47).

Como se pode observar, o conceito de trabalho em Marx (1998) deve ser entendido a partir da teoria de relações de produção. Isto é, as relações se caracterizam pelo modo de produção, na qual se consubstanciam em duas faces: força produtiva e a relação de produção em que estas se dão. A força produtiva é caracterizada pela força de trabalho e meios de produção, em um primeiro momento. No segundo, é preciso relacionar a força produtiva com a relação de produção que dinamiza a sociedade. Portanto, a força de trabalho, segundo Marx é constitutiva do trabalhador que não possui meios de produção (meios de trabalho), pois estes pertencem ao capitalista. Neste sentido, é a partir daí (força de trabalho e meios de produção) que se dá a exploração (mais-valia).

Nessa perspectiva, o trabalho é o fundamento da sociabilidade humana. Em outras palavras, o ser social ao produzir a sua existência, produz uma história, isto é, uma sucessão dos atos humanos temporalmente situados. A relação de consciência e da prática, fruto do trabalho, constitui a chamada práxis. A práxis refere-se à relação entre a teoria e a vida prática do homem. Ademais, compreende as teorias e as práticas que dão ao homem um sentido de totalidade, que dizem respeito à essência humana: o homem como o criador de si próprio (MARX; ENGELS, 1996).

Por exemplo: nas sociedades primitivas, onde o trabalho era sobretudo doméstico e manual, constituíam-se relações sociais escravistas. Já nas sociedades construídas por grandes latifundiários que trabalhavam as terras, erguem-se as relações feudais entre os indivíduos. Para melhor compreensão, nos dias atuais é no local de trabalho onde as pessoas efetuam as trocas simbólicas; enquanto o dia tem 24 horas, os trabalhadores têm no mínimo 8 horas de trabalho por dia. Entretanto, o ser humano precisa dormir no mínimo 8 horas de sono. Diante disso, Marx (2010) critica a maneira como o trabalho aliena o homem.

[...] o trabalho é externo ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirmar, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruína o seu espírito. o trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. o seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza (fremdheit) evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de autos-sacrifício, de mortificação. Finalmente, a externalidade do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de um outro, como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro (MARX, 2010, p. 82- 83).

A crítica a alienação do trabalho ao homem está relacionada sobre a forma de como o capitalismo se apropriou da força de trabalho e transformou o trabalhador no seu objeto (MARX, 1988). Contudo, Marx (2010) vai dizer que no trabalho, o homem é um objeto que reproduz matérias e que não ganha nenhum benefício. Pelo contrário, o torna fatigado, angustiado, desgastado, enquanto o único recurso que possa o tornar feliz são as férias para poder descansar. É uma coerção exterior da exteriorização. De outro modo, o trabalho torna-se num meio de ocupação e de sobrevivência do trabalhador/homem, pois “[...] existe fora dele, independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência (Macht) autônoma diante dele [...]” (MARX, 2010, p.81).

Marx e Engels (1998) constroem o conceito de trabalho baseado na divisão do trabalho, afirmando que cada nova força produtiva, enquanto não é uma simples extensão quantitativa da força produtiva, tem como consequência uma nova constituição da divisão do trabalho, que consiste no meio, conseqüentemente na separação do trabalho industrial, comercial e do trabalho agrícola e com ela a separação de cidade, campo e a oposição dos interesses de ambos. Marx (2011) também apresenta o conceito de trabalho a partir da exploração da pequena propriedade que não permite nenhuma divisão do trabalho, qualquer utilização dos métodos científicos e, por conseguinte, qualquer variedade de talentos, riqueza e relações sociais. Portanto, cada uma das famílias camponesas quase se abastecia a si própria e produziam diretamente a maior parte daquilo que consumiam; conseqüentemente adquiriam seus meios de subsistência muito mais por uma troca com a sociedade.

SISTEMA CAPITALISTA, FORÇA DE TRABALHO, MERCADORIA, CAPITAL, SALÁRIO E RELIGIÃO

Catani (2011) nos mostra que a força de trabalho vendida na atualidade, pelos operários, é fruto do capitalismo selvagem e exacerbado que se permeia nas relações humanas e modo de produção entre a força de trabalho e o sistema capitalista. Aliás, antes do advento do capitalismo, os operários (camponeses e artesãos) eram indivíduos independentes do seu trabalho. Todavia, com a aparição da sociedade capitalista e novas indústrias, os operários perderam seus sustentos e lucros que produziam diariamente (atingindo a falência), pois os espaços onde praticavam as atividades, sobretudo agrícolas, foram monopolizados pelos grandes e pequenos burgueses. No entanto, os camponeses se vendo nessa situação, não havendo outra fonte de rendimento e sobrevivência, procuravam “[...] o capitalista para vender-lhe a sua força de trabalho em troca de um salário. Assim, o

trabalhador transforma-se em assalariado passando a vender sua força por dia, semana e mês” (CATANI, 2011, p.29).

Nessa direção, o operário vendendo a sua força, torna-se uma mercadoria, isto é, a força de trabalho vendida pelo proletariado garante a existência da mercadoria calculada pelo tempo, hora, dia, semana e mês. Porém, antes do giro de dinheiro ou troca de um produto com dinheiro, a mercadoria era caracterizada por duplo valor: valor de uso e da troca ou propriamente dita (CAFIERO, 1981). O valor de uso é baseado na qualidade da mercadoria, enquanto, o valor da troca é baseado no trabalho humano que produz essa mercadoria. De outra maneira, a mercadoria só poderia ser trocada por outra mercadoria se o seu valor de troca fosse igual. Por isso, Cafiero (1981), dizia que “[...] qualquer mercadoria que quer transformar-se em outra, deve, antes de mais nada, transformar-se em dinheiro, e depois, como dinheiro, (re)transformar-se em mercadoria” (ibid., p.19).

Em outras palavras, antes a mercadoria funcionava na base do valor de uso e da troca². Todavia, com o giro, a mercadoria deixa de ser calculada por valor de uso e da troca e transforma-se em giro da mercadoria e do dinheiro, representado pela fórmula: M-D-M-D. Neste sentido, para se conseguir atingir essa fórmula, os latifundiários tendem a encontrar trabalhadores que possam vender/emprestar a sua força de trabalho para garantir o asseguramento do mercado.

[...] os trabalhadores são profundamente dependentes do mercado para vender sua mão-de-obra como mercadoria, os capitalistas dependem dele para comprar a força de trabalho e os meios de produção, bem como para realizar seus lucros, vendendo os produtos ou serviços produzidos pelos trabalhadores. Essa dependência do mercado confere a este um papel sem precedentes nas sociedades capitalistas, não apenas como simples mecanismo de troca ou distribuição, mas como determinante e regulador principal da reprodução social (WOOD, 2007, p.78).

Neste intuito, percebe-se que os três elementos do processo de trabalho estão interconectados, pois, enquanto o latifundiário programa as suas ações e prepara os meios de trabalho³, em seguida vai ao mercado se relacionar com indivíduos/trabalhadores, desgastados com a sua condição. Estes (Burgueses) criam laços e oferecem propostas de trabalho, mas com o único objetivo, a sua força. Após atingir este objetivo, o capitalista comprará matérias- primas e outros meios

² Por exemplo, se o João (nome fictício) tiver cestas básicas de alimentos, mas não tiver um smartphone e quiser trocar (sua cesta para receber o smartphone), vai ao mercado e encontra o Paulo (nome fictício) com smartphone e este tiver a necessitar de uma cesta básica para alimentar a família, etc. Ambos podem encontrar um mecanismo de diálogo consensual para efetuar a troca, em que o João, fará a entrega da cesta básica para o Paulo em detrimento do smartphone, vice-versa. No entanto, chama-se “Valor da troca”. Adaptado na ideia de Cafiero (1981)

³ Fábrica e instrumentos de trabalho.

de produção e dirá “mãos às obras” (CAFIERO, 1981). O latifundiário em posse dos três elementos do processo de trabalho se torna um explorador e o operário não tem outra alternativa, a não ser colaborar com as exigências do seu patrão. Neste sentido, o proletariado terá uma jornada de trabalho excessiva ao horário pré-estabelecido pelas normas, isto é, da lei geral do trabalho. Visto que o objetivo primordial do capitalista é o lucro e acumulação do capital⁴, e do camponês é o salário.

O salário é aquele que é pago por um determinado tempo: uma hora, um dia, uma semana ou um mês de trabalho. O salário é nada mais do que uma forma transformada do preço da força de trabalho do operário. Em contrapartida [...] o operário está obviamente interessado em prolongar a jornada de trabalho, como meio de aumentar o seu salário diário ou semanal (CAFIERO, 1981, p.79-85).

O pagamento do salário do operário é consequência da subjugação, dominação, reprodução e exploração. No contexto atual há várias formas de colonialidade e exploração advinda da classe capitalista, por exemplo, a religião, particularmente os protestantes. Segundo Weber (2004), o capitalismo é externo à economia. Pois, também se configura a partir da herança do modo de pensar as relações sociais ligado com os princípios bíblicos, como caso dos “[...] movimentos reformistas na Europa: do protestantismo de Lutero e o calvinismo” (CATANI, 2011, p.7).

Em Adendo, capitalismo e religião estão intrinsecamente ligados às relações humanas, pois os capitalistas mantêm laços fortes com líderes religiosos. Estes últimos possuem recursos econômicos graças aos sacrifícios dos fiéis em razão de amenizar suas preocupações e garantir salvação eterna, segundo as sagradas escrituras. Assim sendo, do ponto de vista manifesto, entende-se que as religiões têm tirado proveito da fragilidade dos crentes em detrimento de um discurso de prosperidade e perseverança, mas que é uma forma de exploração com intuito de acumular capital baseando-se nos capítulos e versículos bíblicos. Exemplo, “[...] No suor do teu rosto comerás o teu pão, até que te tornes à terra; porque dela foste tomado; porquanto és pó e em pó te tornarás”⁵. Outrossim, “Comerás do fruto do teu trabalho, serás feliz e próspero”⁶. São profecias bíblicas que os líderes usam, por consequência, os capitalistas também, para conformar o trabalhador que acredita numa nova vida e não se enxerga mesmo diante de uma situação de exploração (WEBER, 2004).

⁴ Acumular significa juntar, juntar e amontoar riquezas ou fortunas (CAFIERO, 1981, p.87).

⁵ BÍBLIA, Gênesis, 3:19.

⁶ Idem, Salmos 128:2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS, MAS NÃO FINAL

Em forma de conclusão, referenciamos que esta discussão é inesgotável, pois apresenta um debate bastante complexo e que precisa (re)leitura atenta e crítica sobre a questão da geopolítica do capitalismo e exploração. Por essa razão, concluímos este artigo de forma parcial, pois objetivamos (re)organizar e revisitar os conceitos clássicos e atuais dos seguintes campos: Economia Política, Sociologia e Geopolítica do Capitalismo, a fim de problematizar a origem do sistema capitalista e seus *modus operandi* nas relações humanas. No entanto, o texto mostrou-nos que, antigamente os indivíduos/trabalhadores dependiam de si mesmo para sobreviver, mas com o advento da era industrial e comercial, surgiram novas formas de atuação nos espaços, por meio da classe burguesa que monopolizou os meios de produção, transformando-as para si. Por isso, para concretizar seus desejos, segundo nos mostrou Marx, Cafiero, entre outros, os capitalistas precisavam de pelo menos três elementos chaves, que são: meios de produção, força de trabalho e matéria- prima. Não obstante, observou-se também que antes, as mercadorias só poderiam ser trocadas por outra mercadoria se o seu valor de troca for igual. Isto é, se um indivíduo possui uma sacola de algodão e necessitar de um liquidificador e outra pessoa quiser algodão e tiver liquidificador, ambas as partes entram em consenso e façam a troca, se possível, for. Mas, com o surgimento do capitalismo, o valor da troca transformou-se em giro de dinheiro, ligado à acumulação primitiva de capital, conseqüentemente à exploração do homem.

REFERÊNCIAS

- CAFIERO, Carlo. **O Capital: uma leitura popular**. Trad. Mário Curvello. São Paulo: Editora Polis, 1981.
- CATANI, Afrânio Mendes. **O que é Capitalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2011.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. Trad. José Marcos de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WOOD, Ellen Meiksins. **Capitalismo e Democracia**. A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

BÍBLIA, Sagrada: nova versão Internacional. Sociedade Bíblica Internacional – Santo André: Geográfica, 2017

Agradecemos a todos os professores e alunos de diferentes regiões desse Brasil, que lutam, diariamente, por uma educação de qualidade e inclusiva, bem como a todos os cidadãos que buscam a leitura e o conhecimento para crescer e se desenvolver, visando o bem da sociedade e a consolidação da democracia.

Agradecemos, também, pela diversidade de estudos e linhas temáticas do CEDEPEM, que nos proporcionam enxergar e conhecer o Brasil por pequenos ensaios acadêmicos, reveladores de grandes pesquisas.

Finalmente, agradecemos a todos aqueles que nunca desistem de valorizar a educação no Brasil.

Editorial CEDEPEM